

## A raia luso-castelhana, espaço de cativo e de luta pela liberdade (séculos XVI-XVII)

JORGE FONSECA

A fronteira que separa o território português do espanhol tem sido, ao longo de séculos, palco de conflitos armados, casamentos reais e intenso comércio -legal e ilegal- assim como ponto de passagem de embaixadas, migrações, fugitivos e viajantes. Tudo isso fruto da existência dos dois estados e das divergências e coincidências de interesses entre eles, de diferenças políticas e religiosas, de situação geográfica, de economia e de cultura. Se as fronteiras, por um lado, separam os respectivos povos, são, por outro, geradoras de dinâmicas só por elas possíveis.

O tema que vou tratar é o das transferências de escravos entre Portugal e Castela nos séculos XVI e XVII, nomeadamente o tráfico transfronteiriço e a fuga de cativos de um país para o outro. Ambos os fenómenos foram impulsionados por diferenças entre os dois estados, num caso a diversa posição perante os mercados abastecedores de mão-de-obra africana e, no outro, como veremos, a diferente posição geográfica. Se um levava ao reforço da escravidão e do comércio escravista, o outro abria a muitos cativos a perspectiva da libertação, nuns casos frustrada, mas noutros certamente coroada de êxito.

Começando pelo primeiro aspecto, a venda de escravos de Portugal para Castela -porque era nesse sentido que, predominantemente, o tráfico entre os dois países se processava- tinha origem no exclusivo lusitano da navegação e comércio na costa africana, nascido da prioridade portuguesa na exploração dessa área geográfica. A localização do país na parte mais ocidental da Península e o domínio -depois da conquista de Ceuta, em 1415- sobre o tráfego marítimo na zona do estreito de Gibraltar, levou ao desenvolvimento da navegação de corso contra os estados islâmicos e as suas frotas, actividade que se foi expandindo pela costa africana em direcção ao sul, até às regiões habitadas pelos povos negros. A coroa portuguesa procurou garantir, desde

cedo, a legitimidade e o exclusivo da sua presença nessas paragens, o que conseguiu pelas bulas *Dum diversus* e *Divino amore communiti*, de Nicolau V (1452) -que lhe concedia o direito de conquista sobre todos os muçulmanos e outros infieis, podendo reduzir os respectivos povos à escravidão- e *Romanus pontifex* (1454), do mesmo papa, que lhe atribuía o domínio exclusivo sobre as terras descobertas e a descobrir e que veio a ser confirmada por Calixto III, através da bula *Inter cetera* (1456).

A partir de certa fase do processo expansionista Portugal abandonou os ataques à costa africana para captura de nativos, iniciando o comércio com os povos autóctones, com vista à obtenção de ouro, especiarias e escravos, neste último caso procurando desviar para o Atlântico as caravanas árabes que, havia séculos, conduziam cativos africanos para as margens do Mediterrâneo. Tal objectivo só foi parcialmente atingido, mas permitiu ao país, após a criação da feitoria de S. Jorge da Mina (1482) e da colonização de Cabo Verde e de S. Tomé, não só obter ouro, algodão, pimenta e açúcar, como tornar-se fornecedor em grande escala de mão-de-obra escrava a países africanos do golfo da Guiné, à Madeira e Canárias e, sobretudo, às colónias espanholas da América e ao Brasil.

Uma parte menor desse caudal humano destinou-se à Península Ibérica, nomeadamente a Portugal, de onde, principalmente por via marítima, era parcialmente encaminhado para outros países europeus, sobretudo para o resto da Península. Vicenta Cortés Alonso encontrou referências a 1521 escravos entrados em Valência, de 1501 a 1516, provenientes de Portugal, 98 % dos quais eram negros<sup>1</sup>. Muitos deles iam em cargas de dezenas e até centenas de indivíduos, às ordens de comerciantes de Lisboa, para serem aí vendidos<sup>2</sup>. Segundo a mesma historiadora, a cidade contava com uma pequena colónia de mercadores portugueses que negociavam em escravos<sup>3</sup>.

O mesmo se passou em Sevilha, habitada por mercadores de Lisboa, Lagos e Tavira, que actuavam como intermediários no tráfico negreiro ou então, associados a genoveses e sevilhanos, organizavam expedições à costa

---

<sup>1</sup> CORTÉS ALONSO, Vicenta: *La esclavitud en Valencia durante el reinado de los Reyes Católicos (1479-1516)*, Valencia, Ayuntamiento, 1964, p. 302-471.

<sup>2</sup> Idem, p. 353, 401, 415, 427 e 429.

<sup>3</sup> Idem, p. 302 a 471.

de África para compra de cativos<sup>4</sup>. A cidade do Guadalquivir tornar-se-ia, no século XVI, a segunda maior concentração de escravos da Península Ibérica, depois de Lisboa e uma das maiores da Europa. Cabia-lhe também, tal como a Valência, um papel importante como centro de redistribuição da mão-de-obra cativa para o interior peninsular<sup>5</sup>. O cronista Luis de Peraza referia-se à abundância de escravos na cidade: “*Existe uma multidão infinita de negras e negros de todas as partes da Etiópia e Guiné, dos quais nos servimos em Sevilha, que são trazidos pela via de Portugal*”<sup>6</sup>.

A par, no entanto, do fornecimento de escravos, por via marítima, a partir do território português, funcionavam rotas terrestres com o mesmo fim. Vários autores, sobretudo espanhóis, têm estudado esse tráfico transfronteiriço e a eles vou recorrer, assim como aos resultados da minha própria investigação nesse campo. Uma característica do mesmo era a escala mais reduzida a que se processava, em comparação com o tráfico marítimo. Neste caso não havia, aparentemente, deslocação de grandes lotes de cativos através da raia. Outra era assentar num conjunto de vilas e cidades espalhadas ao longo da fronteira que separava o Alentejo e o Algarve da Estremadura castelhana e da Andaluzia. Aí viviam e actuavam indivíduos exclusiva ou só parcialmente dedicados ao comércio de cativos, que, do lado português, se abasteciam em Lisboa e noutras terras da parte meridional do território e vendiam a mercadoria humana em localidades além fronteira a mercadores especializados nesse comércio, que se encarregavam da sua revenda para os principais centros de consumo.

Entre essas localidades contava-se *Oliveira*, na época uma vila portuguesa, em que habitavam, em 1668, os castelhanos Bartolomeu Guisado e Mateus Rodrigues Romano, que foram a Montemor-o-Novo “*a comprar algumas escravas*”, juntamente com dois compatriotas, um deles chamado Diogo Gomes, o Santo, “*homem moreno*”, ou seja, mulato, de Alcaria de la Pova e o outro de Sevilha. Compraram nessa vila oito escravas, dos 17 aos 29

---

<sup>4</sup> FRANCO SILVA, Alfonso: *La esclavitud en Sevilla y su tierra a fines de la Edad Media*, p. 74-76.

<sup>5</sup> Idem, p. 94.

<sup>6</sup> Mencionado em CIRES ORDÓÑEZ, Juan Manuel de; e GARCÍA BALLESTEROS, Pedro E.: “El tablero de ajedrez sevillano: bautizos y matrimonios de esclavos”, inserido na obra de MORENO, Isidoro: *La antigua hermandad de los negros de Sevilla*, Sevilla, Universidad, 1997, p. 493.

anos, a vários moradores da mesma<sup>7</sup>, tendo realizado certamente negócios semelhantes noutras terras. Em 1604 um casal de Vila Viçosa mandou um seu representante “*ir à vila de Olivença a vender uma escrava deles (...) a pessoa ou pessoas que lhe parecer*”<sup>8</sup>, o que mostra que a localidade era considerada um destino apropriado para venda de escravos.

Outra vila com importante papel nesse negócio era *Serpa*, residência, em 1662, de Manuel Fernandes, “*comprador de escravos*”, que tinha a alcunha de Cativo. A actividade que lhe é atribuída, de “*comprador*”, evidencia a sua posição específica na rede do tráfico terrestre, de angariador, em Portugal, de mão-de-obra destinada a Castela<sup>9</sup>. Em 1622 um indivíduo de Évora vendeu quatro escravos a dois “*mercadores*” de Serpa, Salvador Rodrigues Seco e João Gonçalves<sup>10</sup>. Este último pode ter sido o Juan González Barriga, “*tratante de escravos*” de Serpa que António Manuel González Díaz refere ter estado em Ayamonte em 1621<sup>11</sup>. Este autor menciona também o “*mercador de negros*” António Machado, igualmente de Serpa, que vendeu cinco peças em Ayamonte em 1634 e 1635 e Domingos Lopes, com a mesma profissão e residência e com negócios na vila andaluza entre 1620 e 1629<sup>12</sup>.

Em 1616 vivia em Serpa Bento Fernandes Quaresma, “*homem pardo*”, que comprou um escravo a uma moradora de Cacilhas, do termo de Almada<sup>13</sup>. A aparentemente modesta condição deste antigo escravo, ou descendente de escravos, leva a supor que não se tratava de compra para uso próprio, mas para revenda, sendo este mais um agente activo do tráfico negreiro.

A *Elvas*, importante centro militar e eclesiástico e próspero burgo mercantil, na entrada do reino, coube também uma função de destaque no tráfico transfronteiriço. Para aí eram enviados a vender escravos de Évora e outras

---

<sup>7</sup> FONSECA, Jorge: *Escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, Lisboa, Vulgata, 2002, p. 62.

<sup>8</sup> Arquivo Distrital de Évora, Fundo Notarial, Vila Viçosa, Liv. 15, f. 141.

<sup>9</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 854, p. 78 v.

<sup>10</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 492, f. 124 v.

<sup>11</sup> González Díaz, Antonio Manuel: *La esclavitud en Ayamonte durante el Antiguo Régimen - siglos XVI, XVII y XVIII-*, Huelva, Diputación Provincial, 1996, p. 108.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 108.

<sup>13</sup> Arquivo Distrital de Setúbal, Fundo Notarial, Almada, Cx. 7, Liv. 31, f. 71.

terras<sup>14</sup>. Aí se deslocavam traficantes espanhóis a adquirir a mercadoria humana e dela saíam naturais da cidade a vender escravos na Estremadura castelhana<sup>15</sup>.

Évora, embora não sendo uma cidade raiana, tinha importância neste tráfico, quer pelo número de proprietários de escravos que reunia, por isso potenciais vendedores, quer como ponto de passagem de remessas expedidas para a fronteira de terras do litoral, como Lisboa, quer também como sede da actividade de mercadores de cativos. É exemplo desta realidade João Peres, “*tratante de escravos*”, morador na rua de Machede, que vendeu em 1663 duas jovens a D. João Cortês, comissário-geral da Cavalaria de Sevilha<sup>16</sup>.

Quanto ao Algarve, Tavira destaca-se nas fontes quinhentistas e seiscentistas como residência de vendedores de cativos na Andaluzia, sobretudo em Ayamonte, o que se devia à sua importância económica e demográfica e à proximidade da fronteira<sup>17</sup>. Era frequente moradores da cidade enviarem escravos para venda àquela vila andaluza, como fez o alcaide-mor Henrique Correia da Silva em 1601, através de um procurador<sup>18</sup> e Simão Fagundo, do termo da cidade, provavelmente lavrador, em 1614, que mandou vender dois escravos a dois moradores de Villa Blanca (Ayamonte)<sup>19</sup>. A ela acorriam também proprietários de outras localidades algarvias para transaccionarem cativos com compradores andaluzes, de que é exemplo Leonor Duarte, moça donzela residente em Faro, que em 1633 vendeu Oriana, mulata de 16 anos, a dois compradores de Ayamonte<sup>20</sup>.

Do lado oriental da fronteira, em vilas e cidades estremenhas e andaluzas, raianas ou, então, próximas da fronteira mas, simultaneamente, a caminho dos principais centros de consumo de mão-de-obra servil, outros agentes do tráfico desenvolviam intensa actividade na deslocação forçada de negros e outros escravos de Portugal para Castela. Em *Badajoz*, cidade da raia frente a

---

<sup>14</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 323, f. 29 e Liv. 509, f. 87.

<sup>15</sup> CORTÉS CORTÉS, Fernando: *Esclavos en la Extremadura meridional del siglo XVII*, Badajoz, Diputación Provincial, 1987, p. 139-140.

<sup>16</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 666, f. 52 v.

<sup>17</sup> Antonio Manuel González Díaz., Ob. cit., p. 119, 128 e 129.

<sup>18</sup> Arquivo Distrital de Faro, FN, Tavira, Liv. 8-4-147, f. 96 v.

<sup>19</sup> Idem, Liv. 8-4-151, f. 113 v.

<sup>20</sup> ADF, FN, Tavira, Liv. 8-4-155, f. 48 v.

Elvas e na passagem da principal via terrestre que ligava os dois reinos, actuavam portugueses vendedores de cativos e naturais que igualmente tiravam partido dessa excelente situação geográfica para obterem lucros com o comércio de seres humanos<sup>21</sup>. Alguns desses moradores deslocavam-se a localidades portuguesas, como Lisboa, Coimbra, Évora e outras terras<sup>22</sup>. Em 1592 João Guisado, vizinho de Badajoz, comprou em Lisboa um negro de S. Tomé a um barbeiro da cidade<sup>23</sup>. Mas havia também portugueses aí estabelecidos que intervinham, como intermediários, no mesmo negócio<sup>24</sup>.

Muito activa no tráfico transfronteiriço era *Zafra*, geograficamente bem colocada, entre o mercado abastecedor português e cidades andaluzas como Sevilha, Córdoba e Granada. Os seus mercadores surgiam com frequência a actuar no negócio, como Manuel Gonçalves, que comprou uma escrava preta na vila de Alvito, a qual se veio a revelar doente<sup>25</sup>, ou Cristóvão Rodrigues, que comprou Júlia, negra da Guiné, em Évora, em 1577<sup>26</sup>.

Segundo Manuel Sánchez Gómez-Coronado, embora o mercado de escravos funcionasse todo o ano, era nas feiras de S. João e S. Miguel que se realizava a maior parte das vendas, por parte de comerciantes portugueses idos de Lisboa, Évora, Olivença e outros locais, a traficantes andaluzes, com destaque para os sevilhanos e granadinos. Na feira de S. Miguel de 1581 o sevilhano Gonzalo Sánchez Morales comprou cinco escravos a João Rodrigues, mercador de escravos de Lisboa<sup>27</sup>. Este investigador encontrou escrituras de compra e venda referentes a mais de 500 escravos no período de 1570 a 1600, lavradas perante um dos três notários da cidade, o que o faz supor que, no total, tivessem sido ultrapassados os mil cativos vendidos nesses 30 anos<sup>28</sup>.

---

<sup>21</sup> CORTÉS CORTÉS, Fernando: “Eslavos y comercio esclavista entre el reino de Portugal y la Extremadura meridional a finales del siglo XVII”, *Encuentros/Encontros de Ajuda*, Badajoz, Diputación Provincial, 1987, p. 479.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 475.

<sup>23</sup> Torre do Tombo, Fundo Notarial, Lisboa, Cartório 11, Cx. 4, Liv. 13, f. 21.

<sup>24</sup> CORTÉS CORTÉS, Fernando: “Eslavos y comercio esclavista ...”, p. 479.

<sup>25</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 354, f. 142 – 24.3.1608.

<sup>26</sup> *Idem*, Liv. 126, f. 123 v.

<sup>27</sup> SÁNCHEZ GÓMEZ-CORONADO, Manuel: “El comercio de esclavos en Zafra en el siglo XVI”, *Revista de Zafra y su feria*, 1994, p. 4<sup>o</sup>-41.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 43.

De *Miajadas* há notícia de o mercador aí residente Juan Rodríguez ter comprado seis escravos em Portugal em 1609, os quais certamente não destinava a uso próprio<sup>29</sup> e de Manuel Peres, que em 1612 comprou uma cativa “*parda*” a uma viúva de Évora<sup>30</sup>.

Dada a importância de Sevilha, Granada, Córdoba e Málaga como mercados de destino dos cativos idos de Portugal, também nestas cidades e seus arredores actuavam mercadores especializados no tráfico negreiro. Fernando Cortés menciona dois deles nos seus trabalhos sobre este tema : Alonso Garcia de Béjar, vizinho de Antequera (Málaga), designado como “*mercader de esclavos en el reyno de Portugal*” e Manuel Garcia, morador de Granada, “*tratante en el empleo de esclavos que sacava del reyno de Portugal*”<sup>31</sup>. Mas, por certo, muitos outros procuravam o território luso com o mesmo fim. Em 1594 o sevilhano João Bautista Belagamba comprou em Lisboa, ao enfermeiro-mor da cidade de Beja, Luís Dias, um índio de Bengala de 18 anos<sup>32</sup> e, quatro anos depois, D. Alonso Escalante de Mendonça, também vizinho de Sevilha, comprou Cosme, natural de S. Tomé, aos padres do mosteiro de Santo Elói, igualmente em Lisboa<sup>33</sup>.

*Ayamonte*, já referida a propósito de Tavira, ocupava um importante lugar como porta de entrada de escravos na Andaluzia, idos do Algarve e do Baixo Alentejo. Indivíduos de localidades fronteiriças como Alcoutim, Castro Marim, Cacela e Tavira (no Algarve), Beja, Mértola e Serpa (no Alentejo) dirigiam-se regularmente à vila, nos séculos XVI e XVII, para vender escravos, mas igualmente faziam aí a sua aparição mercadores de terras mais longínquas -mas com mais cativos disponíveis- como Lisboa e Porto<sup>34</sup>, do que são exemplos o lisboeta Manuel da Costa, que transaccionou dez escravos entre 1624 e 1628 e Blas López de la Cuadra<sup>35</sup>, vizinho “*del Puerto de Portugal*”, mas

---

<sup>29</sup> NARANJO SANGUINO, Miguel Ángel: “La esclavitud en Miajadas durante la Edad Moderna”, *Revista de Estudios Extremeños*, tomo 56, nº. 2, Badajoz, Diputación Provincial, 2000, p. 509.

<sup>30</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 339, f. 137 v.

<sup>31</sup> CORTÉS CORTÉS, Fernando: “Esclavos y comercio esclavista ...”, p. 476-477.

<sup>32</sup> TT, FN, Lisboa, C. 11, Cx. 5, Liv. 19, f. 136 v.

<sup>33</sup> TT, FN, Lisboa, C. 7 A, Cx. 25, Liv. 121, f. 125.

<sup>34</sup> GONZÁLEZ DÍAZ, António Manuel: *Ob. cit.*, p. 128-129.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 108.

natural de Valverde de Badajoz, que negociou na vila raiana em 1632<sup>36</sup>. Era certamente o mesmo que em Portugal era chamado Brás Lopes, “*mercador e tratante de escravos*”, residente no Porto em 1630, ano em que adquiriu duas escravas e o filho de uma delas a um lavrador de Évora<sup>37</sup>, sem dúvida para os revender em território castelhano.

Mas, também aqui, nem sempre se tratava de traficantes especializados neste ramo de comércio. O piloto da carreira da Guiné Fernão d’Álvares, residente em Lisboa, nomeou em 1582, como seus procuradores dois mercadores de Ayamonte, para cobrarem de um seu conterrâneo a importância que lhe devia de quatro escravos que lhe entregara, anos antes, “*para lhos vender e beneficiar em Aiamonte*”<sup>38</sup>, o que torna claro o papel dessa vila na rede de tráfico de escravos.

Em 1589 o castelhano André Calvo, vizinho de *S. Lúcar de Barrameda* mas “*estante em Lisboa*” (ou seja, a viver temporariamente nesta cidade), na condição de “*comprador de Diogo de Mentanches*”, também castelhano, adquiriu em Montemor-o-Novo um índio que tinha fugido e estava preso em Setúbal<sup>39</sup>. Tratava-se, provavelmente, do representante em Lisboa de um mercador de escravos estabelecido naquela vila, encarregado de angariar cativos na sua fonte principal e de os enviar ou levar pessoalmente ao patrão, por sua vez fornecedor do mercado andaluz.

Mesmo pequenas localidades fronteiriças podiam contar com comerciantes deste ramo, que tiravam partido da vantagem geográfica das mesmas. No povoado raiano de *Paymogo*, próximo de Serpa, residia em 1631 Marcos Domingues, que comprou uma negra a Gaspar Piteira, de Évora<sup>40</sup>.

Pode-se, pois, concluir que a maior disponibilidade de mão-de-obra cativa em Portugal, devida ao monopólio de que o país beneficiava em relação aos mercados da África sub-saariana, assim como a procura intensa dessa mão-de-obra pelas classes abastadas da Andaluzia e da Estremadura castelhana, faziam da fronteira entre os dois estados, na sua parte meridional, palco de um animado tráfico de homens e mulheres, negros na sua maioria, uns des-

---

<sup>36</sup> Idem, p. 165.

<sup>37</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 430 – 6.5.1630.

<sup>38</sup> TT, FN, Lisboa, C. 7 A, Cx. 11, Liv. 51, f. 32 v.

<sup>39</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 220, f. 112.

<sup>40</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 563, f. 55.

locados à força das suas terras de nascimento e outros já naturais de Portugal, mas à disposição dos respectivos donos para serem transaccionados como qualquer mercadoria.

Mas, simultaneamente com esse movimento, que contribuía para o reforço das relações escravagistas e do comércio de seres humanos em ambos os estados, outro, clandestino, se processava, de objectivo inverso. Nos pontos menos frequentados da raia e às horas mais calmas do dia, seres humanos submetidos à escravidão passavam de um território para o outro na tentativa de se subtraírem ao domínio dos senhores e conseguirem uma vida semelhante à do comum das pessoas.

Em todo o mundo em que a escravatura existiu a história das fugas de cativos decorreu paralelamente à do próprio sistema escravista. Os *quilombos* de S. Tomé e do Brasil, os *cumbés* da Venezuela ou as aldeias dos *cimarrones* mexicanos<sup>41</sup> foram as manifestações mais visíveis da vontade de muitos cativos se libertarem do seu inferior estatuto, quantas vezes em situações de desespero. Nas colónias referidas, a vastidão do território, em grande parte formado por densas florestas, o reduzido povoamento, o número elevado de escravos, bem como a extrema dureza do trabalho a que eram sujeitos facilitou o nascimento de comunidades de cativos, que permitiam aos fugitivos uma liberdade prolongada. Na Península Ibérica, as condições eram outras e menos propícias para os eventuais evadidos. A densidade populacional, muito mais elevada, as características da paisagem, sem condições para ocultar por muito tempo grupos de fugitivos, o mais reduzido número de escravos e a menor violência das suas condições de vida e trabalho, não favoreciam essa solução.

Aqui, a única possibilidade de um escravo fugitivo escapar à perseguição do dono era encontrar trabalho numa terra bastante afastada do local de partida, onde passasse por liberto ou mesmo livre, de preferência com outro nome. Tal, porém, não era fácil de conseguir. A fuga aos donos era considerada crime equiparado ao roubo, condenada pelo Estado e pela Igreja e quem fosse

---

<sup>41</sup> CHÁVEZ-HITA, Adriana N.: “De San Lorenzo de los Negros a los Morenos de Amapa”, *Rutas de la esclavitud en África y América Latina*, San José, Universidad de Costa Rica, 2001, p. 157-174.

cúmplice dessa infração incorria em pesado castigo que, em Portugal, estava previsto nas *Ordenações Manuelinas*:

*“Defendemos que nenhuma pessoa seja tão ousada que leve fora de nossos reinos nenhum escravo cativo para os poer em salvo (...) nem lhes mostrem os caminhos por onde se vão (...). Nem outrossi sejam asadores, nem consentidores, nem encobridores dos ditos escravos fugirem. E qualquer pessoa que o contrario fizer mandamos que (...) sendo cristão será degredado para a ilha de S. Tomé para sempre, e sendo judeu ou mouro forro, será cativo do senhor do cativo que assi levava”<sup>42</sup>.*

Além disso, o fraco conhecimento da geografia e dos caminhos, a dureza das viagens, a incerteza do desfecho e o receio das represálias da lei e do senhor a que desse modo se furtava -como o de ser *ferrado* com uma marca a fogo, para evitar novas evasões- eram factores de desencorajamento. Só em situações de extrema injustiça e mau tratamento ou de graves conflitos com os donos a via da fuga era tentada pelos escravos. E, mesmo aí, era necessário possuírem as condições físicas indispensáveis ao êxito de tal aventura. Por isso foram sobretudo homens e em idade jovem que o tentaram, sós ou em grupos de dois, por vezes um casal, homem e mulher, muito raramente uma mulher só.

O conhecimento que temos de escravos fugitivos provem, quase sempre, de ordens para a sua captura ou para recolha de escravos já capturados. Sempre que um fugitivo era descoberto, era mantido na prisão da localidade respectiva, até que o dono o mandasse buscar por um seu representante, a quem dava procuração. Quando ainda não tinha sido encontrado, a ordem era para o procurar e o levar ao dono.

Na sua fuga muitos escravos atravessavam a fronteira luso-castelhana, num ou noutro sentido. São esses evadidos que vamos ter em atenção, embora outros houvesse que não chegavam a abandonar o território português ou castelhano. O estudo das procurações atrás referidas permite observar algumas tendências da parte dos fugitivos.

Uma das mais notórias era a tentativa de aproximação do litoral andaluz, com vista à travessia para o norte de África onde, quer escravos mouros

---

<sup>42</sup> *Ordenações manuelinas*, Liv, V, Tít. 77, Ed. Fac-símile de Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1984, p. 234-235.

quer negros, esperavam encontrar acolhimento. Isso obrigava os que viviam em Portugal a entrarem em território castelhano. Casos houve em que essa intenção foi confessada pelos fugitivos, como fez um mouro do arcebispo de Évora, evadido em 1601 e aprisionado perto de Huelva. Segundo ele, saíra de Évora com outro companheiro de aventura, também mouro, tendo descido ambos a fronteira até San Lúcar de Guadiana e aí furtaram um barco “*para irem a Berberia*”. Quando, já depois da foz, tentavam navegar pela costa até ao estreito de Gibraltar, a sua pouca prática de navegação levantou as suspeitas de um morador de Moguer, junto a Huelva, que os prendeu e entregou à justiça<sup>43</sup>.

Noutros casos, aquele objectivo, embora não declarado, é-nos sugerido pela direcção tomada pelos evadidos. O facto de muitos cativos fugidos de Portugal terem sido descobertos e presos em locais situados ao longo de caminhos por onde facilmente podiam atingir o sul do território andaluz e o litoral norte-africano, leva-nos a concluir que os podia mover essa intenção. Isso é inegável no caso de António, índio cozinheiro fugido de Lisboa e capturado em Gibraltar em 1587. A sua dona nomeou o provedor das Armadas desta cidade para o tirar da cadeia e o vender<sup>44</sup>. Mas é também admissível que fosse esse o objectivo de um escravo de Setúbal que em 1581 deixou o seu senhor e foi ter a Puerto de Santa Maria, junto de Cádiz<sup>45</sup> e, igualmente, o de Mateus, homem baço de um vinhateiro de Évora, cuja evasão foi interrompida, em 1610, em Utrera, a sul de Sevilha<sup>46</sup>. Mas o mesmo podia suceder com alguns dos cativos surpreendidos em terras andaluzas próximas da raia, como Aroche, Puebla de Guzmán, San Lúcar de Guadiana, Ayamonte, Lepe ou Huelva. Na primeira estava preso, em 1558, um “*abexim de terra do Preste João das Índias*”, ou seja, da Etiópia, de 18 anos, fugido de Évora<sup>47</sup>. Na última ficou detido, em 1636, Francisco Rodrigues, evadido de Lisboa, aguardando que o senhor o mandasse buscar<sup>48</sup>.

---

<sup>43</sup> FONSECA, Jorge: “Fugas de escravos na região de Évora (Século XVII)”, *A Cidade de Évora*, n.º 2, 2.ª Série, Évora, Câmara Municipal, 1996-97, p. 212,214.

<sup>44</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 260, f. 121.

<sup>45</sup> Arquivo Distrital de Setúbal, FN, Setúbal, Liv. 2/2, f. 179.

<sup>46</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 458, f. 22-22 v.

<sup>47</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 35, f. 138.

<sup>48</sup> ADS, FN, Alcochete, Liv. 3/7, f. 112.

No entanto, qualquer um deles podia ter optado por se acolher a Sevilha, urbe notável e populosa na época, que albergava milhares de cativos e de negros, onde facilmente poderiam viver algum tempo sem que a sua condição fosse descoberta e onde podiam juntar-se a eventuais familiares. Foi nela que se juntou o maior número de fugitivos aprisionados, como Baltasar, “*da Canária*”, que em 1545 deixou D. João de Lima, seu senhor, fidalgo eborense<sup>49</sup> e Manuel Sanches, mulato de 20 anos pertencente ao deão da capela do duque de Bragança, António de Brito de Sousa, capturado em 1624. Para o levar de volta a Vila Viçosa o dono nomeou o caminheiro Gaspar dos Reis, “*homem baço mas forro*”, portanto antigo escravo<sup>50</sup>. A profissão de *caminheiro* era vulgar nos libertos e também era comum encontrá-los a perseguir escravos fugitivos.

Muitos atravessaram a fronteira com a Estremadura de Castela e foram presos em terras como Badajoz, Cheles, Fregenal de la Sierra, Jerez de los Caballeros e Zafra e seus arredores, como sucedeu com Mateus, preto de 20 anos, que fugiu em 1608 ao alcaide-mor de Montemor-o-Novo, D. Fernão Martins Mascarenhas, encontrado nesta última vila<sup>51</sup>. Todos eles podiam ter como destino quer a cidade do Guadalquivir quer o estreito de Gibraltar.

Madrid foi também um objectivo procurado com frequência pelos fugitivos de Portugal. Alguns foram aí descobertos e aprisionados, outros em localidades situadas nos caminhos que a ela conduziam, como Miajadas, Puente del Arzobispo, perto de Oropesa -onde, em 1592, foi encontrado Gaspar, que sabia o ofício de sapateiro e pertencia a um profissional desse ofício de Évora<sup>52</sup>- e Nossa Senhora de Guadalupe- onde em 1628 estava Pascoal, de um lavrador do Vimieiro, para cuja recuperação o dono nomeou um frade residente no mosteiro dessa vila<sup>53</sup>. Em Madrid foi localizado, em 1628, Lourenço, de 17 anos, índio de um mercador de Évora, que fugiu duas vezes : a primeira desta cidade e, a segunda, de Badajoz, quando vinha de regresso forçado e foi ter à corte castelhana, onde ficou ao serviço do conde de Altamira, que provavelmente o julgava livre<sup>54</sup>.

---

<sup>49</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 10, f. 2.

<sup>50</sup> ADE, FN, Vila Viçosa, Liv. 76, f. 133.

<sup>51</sup> Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, 4 K 1, f. 48.

<sup>52</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 225, f. 143.

<sup>53</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 559, f. 45 v.

<sup>54</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 569, f. 19.

Para qualquer das cidades e vilas referidas e para muitas outras se podiam encaminhar os numerosos cativos evadidos do território português e cuja fuga foi interrompida perto da fronteira, como em Elvas, Serpa, Portalegre ou Olivença.

Vejam agora as fugas em sentido inverso, de Castela para Portugal. Embora em menor número, também as houve.

Em 1565 Juan de Saldaña, vizinho de Mérida, fez de um ourives de Évora seu representante para recuperar Diogo, mulato de 18 anos que lhe tinha fugido havia três meses<sup>55</sup>. Da vila andaluza de Estepa evadiu-se António, mulato e “*ferrado no rosto de ambas as faces*”, em 1602, indo ter a Évora e sendo aí preso e vendido, por ordem do dono<sup>56</sup>. Quanto a Domingos, de um morador de Arroio de Mérida, fugido em 1606, não conseguiu ir mais longe que à vila fronteiriça de Olivença, onde foi detido e o dono o mandou buscar<sup>57</sup>.

Não conhecemos o destino que estes fugitivos procuravam alcançar antes de serem interceptados nas suas certamente aventurosas caminhadas. Uma hipótese possível era Lisboa, com cerca de 10.000 escravos, além de negros libertos, no século XVI, por isso um bom refúgio para um evadido de Castela. Foi provavelmente o caso de Maria Baioa, mulata de Alonso Vaz, vizinho da localidade raiana de Cheles, que “*teve por noticia que esta(va) na cidade de Lisboa*”<sup>58</sup>. Mas também Évora, que o humanista flamengo Nicolau Clenardo comparou a uma cidade do inferno, de tantos negros que tinha, quando nela viveu no século XVI, podia revelar-se uma hipótese conveniente, apesar do seu menor tamanho e maior proximidade da fronteira. Foi, por certo, para Francisco de Morales, baço que fugiu a um advogado da cidade estremenha de Lherena, numa mula do seu dono, indo ter a Évora. Apesar de a distância não ser grande, só 20 anos mais tarde, em 1668, o amo soube do seu paradeiro e que estava casado na cidade alentejana. Para manter a liberdade, o escravo e a mulher, Esperança Gomes, concordaram em dar “*outro homem ou fêmea*” ao antigo dono, que poriam em Olivença às suas ordens<sup>59</sup>. Foi semelhante a

---

<sup>55</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 93, f. 77v.

<sup>56</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 347, f. 111 v.

<sup>57</sup> ADE, FN, Vila Viçosa, Liv. 28, f. 126 v.

<sup>58</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 532, f. 17.

<sup>59</sup> ADE, FN, Évora, Liv. 724, f. 138.

este o desfecho da fuga de João, pertencente a uma senhora de Fuente del Maestre, perto de Zafra. Refugiado em Estremoz, foi encontrado em 1672 pelo padre João Guerreiro, irmão da sua senhora, o qual, atendendo a estar “*casado honradamente*”, lhe deu alforria em troca do seu valor em dinheiro<sup>60</sup>.

Uma conclusão clara que se pode extrair dos documentos é que a grande maioria das capturas foi feita em terras próximas da raia luso-castelhana, diminuindo à medida que as localidades se afastavam da mesma. Isso leva a considerar que, quanto mais o escravo fugitivo se conseguisse distanciar do ponto de partida, maiores eram as hipóteses de ter êxito e de se manter fora do alcance do amo. As prisões em terras como Valladolid, Tui, Alcañices ou Valência são muito raras, daí se ter que admitir que muitos fugitivos devem ter conseguido alcançar a liberdade tão almejada e conservá-la até ao fim da vida.

Alguns evadidos só foram encontrados ao fim de vários anos, caso de Tomé, do fidalgo Francisco de Sá, morador em Belém, junto a Lisboa, que foi mandado buscar a Gibraltar ao fim de 10 anos após ter fugido<sup>61</sup>. O lavrador António Mestre, de Selmes, em Beja, mandou em 1668 procurar o seu escravo Miguel, que o abandonara havia cerca de 20 anos, em Castela, para onde sabia que tinha partido, ou em qualquer outra parte<sup>62</sup>. Francisca Fernandes, de Évora, em 1621 declarou no seu testamento que Gregório lhe tinha fugido “*há muitos anos*” e, no caso de aparecer, queria que lhe dessem a carta de alforria<sup>63</sup>.

Isto mostra que, apesar da conjugação de muitos factores adversos, era possível uma fuga ser coroada de êxito. Pouco sabemos das evasões vitoriosas. As fontes de que dispomos, pela sua própria natureza, referem-se só às que foram frustradas. Mas tudo leva a acreditar que também existiram casos com um final feliz e que, em recônditos *pueblos* da planura castelhana, por entre a balbúrdia dos *tabuleiros de xadrez* sevilhano ou lisboeta, ou mesmo para lá do Estreito, já em terras africanas, muitos homens e mulheres submetidos à escravidão tenham, pelo seu esforço, conseguido recuperar, finalmente, a dignidade que lhes tinha sido tirada.

---

<sup>60</sup> ADE, FN, Estremoz, Liv. 24, f. 124.

<sup>61</sup> Torre do Tombo, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 3, f. 60.

<sup>62</sup> Arquivo Distrital de Beja, FN, Vidigueira, Liv. 21, f. 91 v.

<sup>63</sup> ADE, Misericórdia de Évora, Liv. 1809, f. 207.